

ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS: REDUÇÃO DOS ULTRAPROCESSADOS NO PNAE – DESAFIOS E CAMINHOS –

Departamento Científico de Nutrologia (gestão 2022-2024)

Presidente: Fabíola Isabel Suano de Souza

Secretário: Hécio de Sousa Maranhão

Conselho Científico: Elza Daniel de Mello; Fernanda Luísa Ceragioli Oliveira,
Jocemara Gurmini, Liliane Maria Abreu Paiva,
Mara Alves da Cruz Gouveia, Túlio Konstantyner

Departamento Científico de Saúde Escolar (gestão 2022-2024)

Presidente: Abelardo Bastos Pinto Junior

Secretário: Joel Conceição Bressa da Cunha

Conselho Científico: Carla Leonor Melo Vinagre Machado,
Eliane Mara Cesário Pereira Maluf, Fausto Flor Carvalho,
Gabriela Nascimento Marques, Mércia Lamenha Medeiros,
Olga Oliveira Passos Ribeiro, Paulo César de Almeida Mattos

Introdução

De acordo com o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional 2023,¹ do Ministério da Saúde, uma em cada sete crianças brasileiras está com excesso de peso (sobrepeso e obesidade). Isso representa 14,2% das crianças com menos de cinco anos, frequência

três vezes superior à global. Entre os adolescentes, a taxa é ainda mais alta, um terço deles têm excesso de peso. A alimentação e o sedentarismo são fatores centrais no desenvolvimento de excesso de peso em crianças e adolescentes e, conseqüentemente, ao maior risco de morbidades como hipertensão arterial, dislipidemias, *diabetes mellitus* e doenças cardiovasculares ao longo da vida.

O ambiente escolar é um cenário importante para promoção de saúde e alimentação saudável. A escola compartilha conteúdo didático relacionado à alimentação saudável, pode oferecer espaços para o desenvolvimento de atividades em hortas e cozinhas pedagógicas, e é um espaço que as crianças utilizam para realizar parte das refeições do dia.^{2,3}

Nesse sentido, torna-se importante o olhar ampliado – educação e saúde - das do ambiente escolar como uma via de promoção de hábitos alimentares saudáveis para as crianças, adolescentes, famílias, comunidade e sociedade.

Novas Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Durante a 6ª edição do Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizado em fevereiro de 2025, foi anunciada uma importante modificação nas diretrizes do PNAE – redução do limite máximo de alimentos processados e ultraprocessados no cardápio das escolas de 20% para 15% em 2025 e de 15% para 10% para 2026.^{4,5} Outro item que compõe a nova diretriz é a capacitação continuada de merendeiras e nutricionistas em segurança alimentar e nutricional com base nas diretrizes dos Guias Alimentares do Ministério da Saúde de 2014 e 2019.^{6,7}

O PNAE é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Ele atende 150 mil escolas e 40 milhões de estudantes, oferecendo por volta de 50 milhões de refeições ao dia. O Programa é um eixo da Segurança Alimentar e Nutricional no país, baseia-se na oferta da alimentação adequada, com alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos estudantes, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

O Programa exige a designação de Nutricionista Responsável Técnico, elaboração de cardápios que respeitem as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, sempre observando as diretrizes nacionais vigentes.^{6,7} Ele também é fundamentado na promoção do desenvolvimento sustentável, com valorização dos gêneros alimentícios produzidos em âmbito local. O Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do PNAE deve ser

investido na compra direta de produtos da agricultura familiar.⁸ Essa medida estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. O mesmo dispositivo estabelece, ainda, que sejam priorizados os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

Por meio do PNAE é garantido o repasse de recursos financeiros federais para o atendimento, durante o ano letivo, de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.⁵

A alimentação adequada na escola reduz a insegurança alimentar – prevenindo excesso de peso e desnutrição - e é um dos fatores que contribui com o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes.

Diretrizes dos Guias Alimentares: agora mais próximas das Escolas

Os Guias Alimentares^{5,6} são instrumentos que servem de base para o desenvolvimento de políticas públicas norteadoras da alimentação saudável na Atenção Básica, composição da Cesta Básica de Alimentos⁹ e PNAE,⁴ entre outras políticas públicas. Em seus princípios, as diretrizes destacam a importância do respeito e valorização da diversidade cultural e alimentar do país e o entendimento que o padrão alimentar faz parte da identidade nacional; que a alimentação é mais do que a ingestão de nutrientes; as recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com o seu tempo; que a alimentação adequada e saudável deriva de ambientes socialmente e ambientalmente sustentáveis e, finalmente, que as recomendações sobre alimentação devem ampliar as escolhas alimentares dentro e fora do domicílio.

A classificação NOVA¹⁰ é a forma proposta para categorização dos alimentos nos Guias. Nesse sentido, a base da alimentação de todos deve ser de preparações culinárias caseiras composta por alimentos *in natura* e minimamente processados, incluindo diferentes grupos alimentares (cereais e tubérculos, leguminosas, hortaliças, carnes e ovos), preparados com ingredientes culinários e temperos naturais. O consumo de alimentos processados pode ser feito com moderação e deve-se evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. Para crianças menores de dois anos o consumo de alimentos ultraprocessados, doces e açúcar é contraindicado; além disso, as frutas devem ser consumidas *in natura*, e não na forma de sucos.

Para que esses conceitos possam ser aplicados de forma efetiva no domicílio e dia a dia das famílias, deve-se ampliar o conhecimento e acesso aos alimentos saudáveis, desenvolver as habilidades culinárias e propor divisão de tarefas nas etapas de preparação da alimentação.^{5,6,11,12}

Evidências científicas relacionam o consumo de alimentos ultraprocessados com aumento do risco de morte e doenças crônicas não transmissíveis ao longo da vida – cânceres (mama, colorretal), prejuízo na saúde mental (ansiedade, depressão), doenças respiratórias (asma, apneia do sono), cardiovasculares (hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral), gastrintestinais (doenças inflamatórias) e metabólicas (diabetes tipo 2, dislipidemias). Essa associação se dá pelo excesso de nutrientes nesses alimentos (sal, açúcar, gordura), substâncias químicas utilizadas para melhorar sabor, cor e duração dos produtos (acidulantes, conservantes e estabilizantes), produtos gerados a partir do processamento (ex: produtos finais de glicação avançada) e resíduos do empacotamento (ex: plásticos, alumínio). Além disso, esses alimentos são hiperpalatáveis e interferem no hábito alimentar de forma ainda não completamente compreendida.¹³

A alimentação na escola também deve ter como base alimentos *in natura* e minimamente processados. Estudantes que recebem merendas de melhor qualidade, tendem a ter uma alimentação mais saudável em casa, mesmo em situações de maior vulnerabilidade social.¹⁵ Desde 2014 as escolas do Reino Unido reduziram a oferta de alimentos ultraprocessados na merenda escolar (UK National Diet and Nutrition Survey 2008 – 2019) e essa redução associou-se com menor consumo desses produtos no domicílio.¹⁵ Os pais (familiares) das crianças e adolescentes também tendem a modificar os hábitos alimentares em casa quando percebem que a alimentação da escola sofreu modificações positivas.¹⁶

Nesse sentido, a limitação da oferta de alimentos processados e ultraprocessados na diretriz da PNAE e capacitação dos profissionais envolvidos na alimentação dos estudantes estão alinhadas às necessidades, evidências e conhecimento atuais.

1. Desafios atuais

Apesar dos avanços na qualidade da alimentação na escola vários e importantes desafios ainda permanecem, entre eles vale destacar: a necessidade de aumento do financiamento do PNAE; expansão da conscientização e conhecimento prático sobre alimentação saudável para famílias, professores, merendeiras e profissionais envolvidos na alimentação dos estudantes; a proibição da publicidade de alimentos nas escolas; a melhora da qualidade de lanches pelos estudantes; maior controle do entorno das escolas em relação à comercialização de alimentos e melhor regulação da qualidade da alimentação oferecida pelas cantinas / restaurantes nas escolas privadas.¹⁷

A prevalência do consumo de alimentos ultraprocessados em adolescentes chega a 75,4% e associa-se ao sedentarismo, maior tempo de TV, pular refeições, morar em zona urbana e frequentar escola privada.¹⁸ A venda e a propaganda de alimentos ultraprocessados (refrigerantes, biscoitos, salgados, sanduíches e pizzas) e a presença de máquinas de venda desses produtos são mais comuns nas escolas privadas.¹⁹ Por outro lado, a presença de vendedores ambulantes nos portões e entorno das escolas - comercializando alimentos ultraprocessados - acontece de forma similar em escolas públicas e privadas.²⁰

Revisão sistemática, que incluiu estudos americanos, mostrou que mais de 40% das crianças preferiram levar lanches do domicílio e que essas preparações tinham qualidade nutricional inferior ao oferecido pela merenda escolar.²¹ No Brasil também observamos que os lanches que os estudantes levam para a escola possuem um percentual elevado de produtos ultraprocessados como bolos empacotados, bisnaguinhas, bebidas açucaradas, achocolatados e refrigerante.²²

Estudos populacionais brasileiros avaliando a merenda em escolas públicas mostram avanços importantes na composição, entretanto, a adequação dos horários que as refeições são oferecidas e a diversidade alimentar, especialmente relacionada a menor oferta de leite e derivados, verduras e legumes são desafios a serem superados.²³

A melhora da alimentação nas escolas envolve diversos fatores. As políticas públicas integradas são mais efetivas do que ações educacionais isoladas. Os estudos disponíveis mostram a necessidade da construção e ampliação dessas ações para promoção de um ambiente alimentar escolar mais saudável e sustentável.

2. Considerações finais e oportunidades

Pode-se concluir, que as crianças e os adolescentes brasileiros estão expostos a um ambiente escolar com regulamentos que cumprem parcialmente a função de promover uma alimentação adequada, saudável e sustentável. Faz-se necessário a ampliação de medidas educativas para as famílias, professores e profissionais da escola; e regulatórias para Estados e Municípios que incentivem o desenvolvimento de disposições legais eficazes que estejam de acordo com as atuais diretrizes sobre alimentação saudável na rede pública e privada.

O pediatra deve conhecer as legislações e diretrizes vigentes sobre alimentação saudável dentro e fora do domicílio; ser um agente promotor e fiscalizador ambientes alimentares mais saudáveis nas escolas e no seu entorno; identificar os desafios e oportunidades para educação nutricional junto as famílias que recebe e apoiá-las na busca de informações de fácil compreensão e aplicabilidade no dia a dia para organização dos cardápios de todos e criação de lanches mais saudáveis.

Referências bibliográficas

01. Brasil. Ministério da Saúde. Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Universidade Federal de Sergipe. – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 51p.
02. Perry M, Mardin K, Chamberlin G, Busey EA, Taillie LS, Dillman Carpentier FR, Popkin BM. National Policies to Limit Food Marketing and Competitive Food Sales in Schools: A Global Scoping Review. *Adv Nutr.* 2024;15(8):100254.
03. Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual Lanches Saudáveis / Sociedade Brasileira de Pediatria. 3. ed. rev. ampl. - São Paulo: SBP, 2024. 97 p.
04. Brasil. Resolução N° 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*; 11 mai. 2020.
05. Brasil. Governo federal reduz para 15% o limite de alimentos processados e ultraprocessados nas escolas públicas. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/governo-federal-reduz-para-15-o-limite-de-alimentos-processados-e-ultraprocessados-nas-escolas-publicas>. acesso em 9 fevereiro de 2025.
06. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 265 p.: Il.
07. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília; Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf acessado em junho de 2024.
08. Brasil. Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*; 17 jun. 2009.
09. Brasil. Decreto N° 11.936, de 05 de março de 2024. *Diário Oficial da União*; 06 mar. 2024.
10. Monteiro CA, Cannon G, Moubarac JC, Levy RB, Louzada ML, Jaime PC. The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. *Public Health Nutr.* 2018;21(1):5-17.
11. Lobo R. Panelinha: receitas que funcionam. São Paulo: Senac São Paulo; 2023.
12. Lobo R. Comida de bebê: uma introdução à comida de verdade. São Paulo: Senac São Paulo; 2017.
13. Lane MM, Gamage E, Du S, Ashtree DN, McGuinness AJ, Gauci S, et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: umbrella review of epidemiological meta-analyses. *BMJ.* 2024;384:e077310.
14. Horta PM, Carmo ASD, Junior EV, Santos LCD. Consuming school meals improves Brazilian children's diets according to their social vulnerability risk. *Public Health Nutr.* 2019;22(14):2714-2719.

15. Parnham JC, Chang K, Rauber F, Levy RB, Lavery AA, Pearson-Stuttard J, et al. Evaluating the impact of the universal infant free school meal policy on the ultra-processed food content of children's lunches in England and Scotland: a natural experiment. *Int J Behav Nutr Phys Act.* 2024;21(1):124.
16. Manson AC, Golley RK, Johnson BJ. Global parent perspectives on school food service internationally: A mixed papers narrative review. *Nutr Diet.* 2025 Feb 3.
17. Temple NJ. A Proposed Strategy against Obesity: How Government Policy Can Counter the Obesogenic Environment. *Nutrients.* 2023;15(13):2910.
18. Silva JB, Elias BC, Warkentin S, Mais LA, Konstantyner T. Factors associated with the consumption of ultra-processed food by Brazilian adolescents: National Survey of School Health, 2015. *Rev Paul Pediatr.* 2021;40:e2020362.
19. Silva JB, Elias BC, Warkentin S, Mais LA, Konstantyner T. Factors associated with the consumption of ultra-processed food by Brazilian adolescents: National Survey of School Health, 2015. *Rev Paul Pediatr.* 2021;40:e2020362.
20. Carmo ASD, Assis MM, Cunha CF, Oliveira TRPR, Mendes LL. The food environment of Brazilian public and private schools. *Cad Saude Publica.* 2018;34(12):e00014918.
21. Song S, Tabares E, Ishdorj A, Crews M, Dave J. The Quality of Lunches Brought from Home to School: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Adv Nutr.* 2024;15(8):100255.
22. Gombi-Vaca MF, Martinez-Steele E, Andrade GC, Louzada MLDC, Levy RB. Association between ultra-processed food and snacking behavior in Brazil. *Eur J Nutr.* 2024;63(4):1177-1186.
23. Camargo RGM, Caivano SDA, Domene SMÁ. Qualitative evaluation of school meal menus offered in Brazilian municipalities. *Cien Saude Colet.* 2021;26(6):2207-2213.

Material para consulta e compartilhamento com as famílias:

Panelinha. Lancheiras. Panelinha. <https://panelinha.com.br/home/lancheiras>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Panelinha. Rita, Help! #28: Lancheira | S.A.C do Panelinha com Rita Lobo. YouTube. <https://youtu.be/7Uh2QqpW0cU?si=awJJREp2Cbb8PhrY>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria. EP101 - Alimentação saudável na escola: Dra. Fabiola Suano. SoundCloud. <https://soundcloud.com/pedcastsbp/ep101-alimentacao-saudavel-na-escola-dra-fabiola-suano>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Podcast SBP. SoundCloud. <https://soundcloud.com/pedcastsbp>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Pediatria para famílias. Sociedade Brasileira de Pediatria. <https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria. SBP na rede. YouTube. <https://www.youtube.com/@sbpnarede>. Acesso em: 09 fev. 2025.



Diretoria Plena

Triênio 2022/2024

PRESIDENTE:
Clóvis Francisco Constantino (SP)

1º VICE-PRESIDENTE:
Edson Ferreira Liberal (RJ)

2º VICE-PRESIDENTE:
Anamária Cavalcante e Silva (CE)

SECRETÁRIO GERAL:
Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

1º SECRETÁRIO:
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

2º SECRETÁRIO:
Rodrigo Aboudib Ferreira Pinto (ES)

3º SECRETÁRIO:
Claudio Hoineff (RJ)

DIRETOR FINANCEIRO:
Sidnei Ferreira (RJ)

1º DIRETOR FINANCEIRO:
Maria Angelica Barcellos Svaiter (RJ)

2º DIRETOR FINANCEIRO:
Donizetti Dimer Giambardino Filho (PR)

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)

COORDENADORES REGIONAIS

NORTE: Adelmá Alves de Figueiredo (RR)

NORDESTE: Maryneia Silva do Vale (MA)

SUDESTE: Marisa Lages Ribeiro (MG)

SUL: Cristina Targa Ferreira (RS)

CENTRO-OESTE: Renata Belem Pessoa de Melo Seixas (DF)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

TITULARES:
Jose Hugo Lins Pessoa (SP)
Marisa Lages Ribeiro (MG)
Maryneia Silva do Vale (MA)
Paulo de Jesus Hartmann Nader (RS)
Vilma Francisca Hutim Gondim de Souza (PA)

SUPLENTE:
Analiária Moraes Pimentel (PE)
Dolores Fernandez Fernandez (BA)
Rosana Alves (ES)
Sílvia da Rocha Carvalho (RJ)
Sulim Abramovici (SP)

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
Cláudia Rodrigues Leone (SP)
Lígia Maria Moreira (BA)
Carlinho de Souza Machado e Silva Filho (RJ)

SUPLENTE:
Jocileide Sales Campos (CE)
Ana Márcia Guimarães Alves (GO)
Gilberto Pascolat (PR)

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS:

COORDENAÇÃO:
Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

MEMBROS:
Donizetti Dimer Giambardino Filho (PR)
Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo (MT)
Evelyn Eisenstein (RJ)
Rossiceli de Souza Pinheiro (AM)
Heleneilce de Paula Fiod Costa (SP)

DIRETORIA E COORDENAÇÕES

DIRETORIA DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Edson Ferreira Liberal (RJ)

José Hugo de Lins Pessoa (SP)
Maria Angelica Barcellos Svaiter (RJ)
Maria Marluce dos Santos Vilela (SP)

COORDENAÇÃO DE ÁREA DE ATUAÇÃO
Sidnei Ferreira (RJ)

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)
Mauro Batista de Moraes (PR)
Kerstin Taniguchi Abagge (PR)

COORDENAÇÃO DO CEXTEP (COMISSÃO EXECUTIVA DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA)

COORDENAÇÃO:
Hélio Villaca Simões (RJ)

COORDENAÇÃO ADJUNTA:
Ricardo do Rego Barros (RJ)

MEMBROS:
Clóvis Francisco Constantino (SP) - Licenciado
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)
Carla Príncipe Pires C. Vianna Braga (RJ)
Cristina Ortiz Sobrinho Valette (RJ)
Grant Wall Barbosa de Carvalho Filho (RJ)
Sidnei Ferreira (RJ)
Sílvia Rocha Carvalho (RJ)

COMISSÃO EXECUTIVA DO EXAME PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA AVALIAÇÃO SÉRIADA

COORDENAÇÃO:
Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)
Luciana Cordeiro Souza (PE)

MEMBROS:
João Carlos Batista Santana (RS)
Victor Horácio de Souza Costa Junior (PR)
Ricardo Mendes Pereira (SP)
Mara Morelo Rocha Felix (RJ)
Vera Hermina Kalika Koch (SP)

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Nelson Augusto Rosário Filho (PR)
Sergio Augusto Cabral (RJ)

REPRESENTANTE NA AMÉRICA LATINA
Ricardo do Rego Barros (RJ)

INTERCÂMBIO COM OS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA
Marcela Damasio Ribeiro de Castro (MG)

DIRETORIA DE DEFESA DA PEDIATRIA

DIRETOR:
Fábio Augusto de Castro Guerra (MG)

DIRETORIA ADJUNTA:
Sidnei Ferreira (RJ)
Edson Ferreira Liberal (RJ)

MEMBROS:
Gilberto Pascolat (PR)
Paulo Tadeu Falanghe (SP)
Cláudio Orestes Britto Filho (PB)
Ricardo Maria Nobre Othon Sidou (CE)
Anenisia Coelho de Andrade (PI)
Isabel Rey Madeira (RJ)
Donizetti Dimer Giambardino Filho (PR)
Carlinho de Souza Machado e Silva Filho (RJ)
Corina Maria Nina Viana Batista (AM)
Maria Nazareth Ramos Silva (RJ)

DIRETORIA CIENTÍFICA

DIRETOR:
Dirceu Solé (SP)

DIRETORIA CIENTÍFICA - ADJUNTA
Luciana Rodrigues Silva (BA)

DEPARTAMENTOS CIENTÍFICOS E GRUPOS DE TRABALHO:
Dirceu Solé (SP)
Luciana Rodrigues Silva (BA)

MÍDIAS EDUCACIONAIS
Luciana Rodrigues Silva (BA)
Edson Ferreira Liberal (RJ)
Rosana Alves (ES)
Ana Alice Ibiapina Amaral Parente (ES)

PROGRAMAS NACIONAIS DE ATUALIZAÇÃO

PEDIATRIA - PRONAP
Fernanda Luisa Ceragioli Oliveira (SP)
Túlio Konstanyter (SP)
Claudia Bezerra Almeida (SP)

NEONATOLOGIA - PRORON
Renato Soibermann Procianny (RS)
Clea Rodrigues Leone (SP)

TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA - PROTIPE
Werther Brown de Carvalho (SP)

TERAPÊUTICA PEDIÁTRICA - PROPEP
Claudio Leone (SP)
Sérgio Augusto Cabral (RJ)

EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA - PROEMPEP
Hany Simon Júnior (SP)
Gilberto Pascolat (PR)

DOCUMENTOS CIENTÍFICOS
Emanuel Savi Cavalcanti Sarinho (PE)
Dirceu Solé (SP)
Luciana Rodrigues Silva (BA)

PUBLICAÇÕES

TRATADO DE PEDIATRIA
Fábio Ancona Lopez (SP)
Luciana Rodrigues Silva (BA)
Dirceu Solé (SP)

Clóvis Artur Almeida da Silva (SP)
Clóvis Francisco Constantino (SP)
Edson Ferreira Liberal (RJ)
Anamária Cavalcante e Silva (CE)

OUTROS LIVROS
Fábio Ancona Lopez (SP)
Dirceu Solé (SP)
Clóvis Francisco Constantino (SP)

DIRETORIA DE CURSOS, EVENTOS E PROMOÇÕES

DIRETORA:
Lilian dos Santos Rodrigues Sadeck (SP)

MEMBROS:
Ricardo Queiroz Gurgel (SE)
Paulo César Guimarães (RJ)
Cláudia Rodrigues Leone (SP)
Paulo Tadeu de Mattos Prereira Poggiali (MG)

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE REANIMAÇÃO NEONATAL
Mária Fernanda Branco de Almeida (SP)
Ruth Guinsburg (SP)

COORDENAÇÃO PALs - REANIMAÇÃO PEDIÁTRICA
Alexandre Rodrigues Ferreira (MG)
Kátia Laureano dos Santos (PB)

COORDENAÇÃO BLS - SUPORTE BÁSICO DE VIDA
Valéria Maria Bezerra Silva (PE)

COORDENAÇÃO DO CURSO DE APRIMORAMENTO EM NUTROLOGIA PEDIÁTRICA (CANP)
Virginia Resende Silva Weffort (MG)

PEDIATRIA PARA FAMÍLIAS

COORDENAÇÃO GERAL:
Edson Ferreira Liberal (RJ)

COORDENAÇÃO OPERACIONAL:
Nilza Maria Medeiros Perin (SC)
Renata Dejtar Waksman (SP)

MEMBROS:
Adelmá Alves de Figueiredo (RR)
Márcia de Freitas (SP)
Nelson Grisard (SC)
Normeide Pedreira dos Santos Franca (BA)

PORTAL SBP
Clóvis Francisco Constantino (SP)
Edson Ferreira Liberal (RJ)
Anamária Cavalcante e Silva (CE)
Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)
Rodrigo Aboudib Ferreira Pinto (ES)
Sidnei Ferreira (RJ)
Maria Angelica Barcellos Svaiter (RJ)
Donizetti Dimer Giambardino (PR)

PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CONTINUADA À DISTÂNCIA
Luciana Rodrigues Silva (BA)
Edson Ferreira Liberal (RJ)

Natasha Silhessarenko Fraife Barreto (MT)
Ana Alice Ibiapina Amaral Parente (RJ)
Cassio da Cunha Ibiapina (MG)
Luiz Anderson Lopes (SP)
Sílvia Regina Marques (SP)

DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES
Fábio Ancona Lopez (SP)

EDITORES DA REVISTA SBP CIÊNCIA
Joel Alves Lamounier (MG)
Marco Aurelio Palazzi Safadi (SP)
Mariana Tschopke Aires (RJ)

EDITORES DO JORNAL DE PEDIATRIA (JPED)

COORDENAÇÃO:
Renato Soibermann Procianny (RS)

MEMBROS:
Crésio de Aragão Dantas Alves (BA)
Paulo Augusto Moreira Camargos (MG)
João Guilherme Bezerra Alves (PE)
Marco Aurelio Palazzi Safadi (SP)
Magda Lahorgue Nunes (RS)
Gisela Alves Pontes da Silva (PE)
Dirceu Solé (SP)
Antonio Jose Ledo Alves da Cunha (RJ)

EDITORES REVISTA RESIDÊNCIA PEDIÁTRICA

EDITORES CIENTÍFICOS:
Cláudio Couto Sant'Anna (RJ)
Marilene Augusta Rocha Crispino Santos (RJ)

EDITORA ADJUNTA:
Márcia Garcia Alves Galvão (RJ)

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO:
Sidnei Ferreira (RJ)
Isabel Key Madeira (RJ)
Mariana Tschopke Aires (RJ)
Márcia de Fatima Bazhuni Pombo Sant'Anna (RJ)
Sílvia da Rocha Carvalho (RJ)
Rafaela Baroni Aurilio (RJ)
Leonardo Rodrigues Campos (RJ)
Álvaro Jorge Madeira Leite (CE)
Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)
Márcia C. Bellotti de Oliveira (RJ)

CONSULTORIA EDITORIAL
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)
Fábio Ancona Lopez (SP)
Dirceu Solé (SP)
Angélica Maria Bicudo (SP)

EDITORES ASSOCIADOS:
Danilo Blank (RS)
Paulo Roberto Antonacci Carvalho (RJ)
Renata Dejtar Waksman (SP)

DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
Angélica Maria Bicudo (SP)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
Cláudio Leone (SP)

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO:
Rosana Fiorini Puccini (SP)

MEMBROS:
Rosana Alves (ES)
Alexandra Carla de Almeida Ribeiro (MG)
Angélica Maria Bicudo (SP)
Suzy Santana Cavalcante (BA)
Ana Lucia Ferreira (RJ)
Sílvia Wanick Sarinho (PE)
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

COORDENAÇÃO DE RESIDÊNCIA E ESTÁGIOS EM PEDIATRIA

COORDENAÇÃO:
Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

MEMBROS:
Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)
Paulo de Jesus Hartmann Nader (RS)
Victor Horácio da Costa Junior (PR)
Sílvia da Rocha Carvalho (RJ)
Tânia Denise Resener (RS)
Délia Maria de Moura Lima Herrmann (AL)
Helita Regina F. Cardoso de Azevedo (BA)
Jefferson Pedro Piva (RS)
Sérgio Luis Amantéa (RS)
Susana Maciel Wuillaume (RJ)
Aurimery Gomes Chermont (PA)
Sílvia Regina Marques (SP)
Claudio Barsanti (SP)
Maryneia Silva do Vale (MA)
Liana de Paula Medeiros de A. Cavalcante (PE)

COORDENAÇÃO DAS LIGAS DOS ESTUDANTES

COORDENADOR:
Lelia Cardamone Gouveia (SP)

MEMBROS:
Cassio da Cunha Ibiapina (MG)
Luiz Anderson Lopes (SP)
Anna Tereza Miranda Soares de Moura (RJ)
Adelmá Alves de Figueiredo (RR)
André Luis Santos Carmo (PR)
Maryneia Silva do Vale (MA)
Fernanda Wagner Fredo dos Santos (PR)

MUSEU DA PEDIATRIA (MEMORIAL DA PEDIATRIA BRASILEIRA)

COORDENAÇÃO:
Edson Ferreira Liberal (RJ)

MEMBROS:
Mario Santoro Junior (SP)
José Hugo de Lins Pessoa (SP)
Sidnei Ferreira (RJ)
Jefferson Pedro Piva (RS)

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO:
Claudio Barsanti (SP)
Edson Ferreira Liberal (RJ)
Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)
Paulo Tadeu Falanghe (SP)

REDE DE PEDIATRIA
AC - SOCIEDADE ACREANA DE PEDIATRIA
Ana Isabel Coelho Montero
AL - SOCIEDADE ALAGOANA DE PEDIATRIA
Marcos Reis Gonçalves
AM - SOCIEDADE AMAZONENSE DE PEDIATRIA
Adriana Távora de Albuquerque Taveira
AP - SOCIEDADE AMAPEENSE DE PEDIATRIA
Camila dos Santos Salomão
BA - SOCIEDADE BAIANA DE PEDIATRIA
Ana Luiza Velloso da Paz Matos
CE - SOCIEDADE CEARENSE DE PEDIATRIA
João Cândido de Souza Borges
DF - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO DISTRITO FEDERAL
Luciana de Freitas Velloso Monte
ES - SOCIEDADE ESPIRITO SANTENSE DE PEDIATRIA
Carolina Strauss Estevez Gadelha
GO - SOCIEDADE GOIANA DE PEDIATRIA
Valéria Granieri de Oliveira Araújo
MA - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO MARANHÃO
Maryneia Silva do Vale
MG - SOCIEDADE MINEIRA DE PEDIATRIA
Márcia Gomes Penido Machado
MS - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Carmen Lúcia de Almeida Santos
MT - SOCIEDADE MATOGROSSENSE DE PEDIATRIA
Paula Helena de Almeida Gattass Bumil
PA - SOCIEDADE PARAENSE DE PEDIATRIA
Vilma Francisca Hutim Gondim de Souza
PB - SOCIEDADE PARAIBANA DE PEDIATRIA
Márcia do Socorro Ferreira Martins
PE - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE PERNAMBUCO
Alexandra Ferreira da Costa Coelho
PI - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO PIAUÍ
Ramon Nunes Santos
PR - SOCIEDADE PARANAENSE DE PEDIATRIA
Victor Horácio de Souza Costa Junior
RJ - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cláudio Hoineff
RN - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Manoel Reginaldo Rocha de Holanda
RO - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE RONDÔNIA
Cristiane Figueiredo Reis Maiorquin
RR - SOCIEDADE RORAIMENSE DE PEDIATRIA
Erica Patrícia Cavalcante Barbalho
RS - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Jose Paulo Vasconcellos Ferreira
SC - SOCIEDADE CATARINENSE DE PEDIATRIA
Nilza Maria Medeiros Perin
SE - SOCIEDADE SERGIPANA DE PEDIATRIA
Ana Jovina Barreto Bispo
SP - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO
Renata Dejtar Waksman
TO - SOCIEDADE TOCANTINENSE DE PEDIATRIA
Ana Mackartney de Souza Marinho

DEPARTAMENTOS CIENTÍFICOS

- Aleitamento Materno
- Alergia
- Bioética
- Cardiologia
- Dermatologia
- Emergência
- Endocrinologia
- Gastroenterologia
- Genética Clínica
- Hematologia e Hemoterapia
- Hepatologia
- Imunizações
- Imunologia Clínica
- Infectologia
- Medicina da Dor e Cuidados Paliativos
- Medicina do Adolescente
- Medicina Intensiva Pediátrica
- Nefrologia
- Neonatologia
- Neurologia
- Nutrologia
- Otorrinolaringologia
- Pediatria Ambulatorial
- Ped. Desenvolvimento e Comportamento
- Pneumologia
- Prevenção e Enfrentamento das Causas Externas na Infância e Adolescência
- Reumatologia
- Saúde Escolar
- Sono
- Suporte Nutricional
- Toxicologia e Saúde Ambiental

GRUPOS DE TRABALHO

- Atividade física
- Cirurgia pediátrica
- Criança, adolescente e natureza
- Doença inflamatória intestinal
- Doenças raras
- Drogas e violência na adolescência
- Educação e Saúde
- Imunobiológicos em pediatria
- Insuficiência intestinal
- Jovens pediatras
- Metodologia científica
- Oftalmologia pediátrica
- Ortopedia pediátrica
- Pediatria e humanidades
- Pediatria Internacional dos Países de Língua Portuguesa
- Políticas públicas para neonatologia
- Povos originários do Brasil
- Radiologia e Diagnóstico por Imagem
- Saúde digital
- Saúde mental
- Saúde oral
- Transforno do espectro alcoólico fetal